



UNICEPLAC

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Curso de Direito

Trabalho de Conclusão de Curso

**Da possibilidade da usucapião de Imóveis de empresas
públicas**

Gama-DF

2023

RONALDO DA SILVA SOUZA

**Da possibilidade da usucapião de imóveis de empresas
públicas**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Esp Rodrigo Costa Ribeiro

Gama-DF

2023

A biblioteca da UNICEPLAC oferece o serviço de elaboração de fichas-catalográficas, por meio do link:
<https://uniceplac.com.br/pagina/ficha-catalografica-de-tcc>

S729p

Souza, Ronaldo da Silva.

Da possibilidade da usucapião de imóveis de empresas públicas
/ Ronaldo da Silva Souza. – 2023.
43 p.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro
Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos -
UNICEPLAC, Curso de Direito, Gama-DF, 2023.

1. Direito Civil. 2. Empresa pública. 3. Bens públicos. I. Costa,
Rodrigo Ribeiro. II. Título.

CDU: 34

RONALDO DA SILVA SOUZA

Da possibilidade da usucapião de imóveis de empresas públicas

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador(a): Prof(a). Esp., Ms. (ou Me) ou Dr. Rodrigo Costa Ribeiro

Gama, 29 de junho de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Rodrigo Costa Ribeiro
Orientador

Prof. Nome completo
Examinador

Prof. Nome Completo
Examinador

Dedico esse trabalho, primeiramente ao senhor Jesus, que me permitiu cumprir essa missão. Ao meu pai, Luiz Eufrauzino de Souza (*in memoriam*), o qual sempre me incentivou e contribuiu para o meu desenvolvimento educacional, sendo minha referência de trabalho e dedicação. Ao professor João Pedro Ribeiro Sampaio De Arruda Camara, que em um sucinto espaço de tempo, teve a competência de me transmitir conhecimentos na área notarial e registral, por conseguinte, me motivou ao interesse na área do direito imobiliário. Ao professor Rodrigo Costa Ribeiro, pela aceitação de orientação deste projeto de monografia e à minha filha, Alana Cristina dos Santos Souza, a qual me incentivou e acompanhou como acadêmica no curso de direito.

AGRADECIMENTOS

Presto agradecimentos a todos os membros da minha família pelo apoio propiciado, aos colegas de trabalho pelo incentivo e motivação, a todos os professores da UNICEPLAC pela dedicação e paciência em ministrarem aulas excelentes, contribuindo para o meu crescimento acadêmico. A todos os amigos que incentivaram a minha formação no curso de direito. À instituição UNICEPLAC, pelo enfrentamento das dificuldades decorridas da pandemia, para manter a qualidade nas aulas ministradas e, em especial, à minha esposa Joelma, pela motivação e, principalmente, pela paciência prestada.

RESUMO

Um tema controverso por se tratar da usucapião aplicada a imóveis de empresas públicas, dado a confrontação com os artigos 183, § 3º c/c artigo 191, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, que veda a aplicação do citado instituto ao caso em comento. Considerando que há decisões judiciais que decreta a usucapião de bens de empresas públicas, este assunto foi trazido a baila com o propósito de esclarecimento dos fundamentos legais, doutrinários ou de princípios que esclareçam, à luz do direito, a legalidade e legitimidade da aplicação deste instituto. Destaca-se também a possibilidade de aplicação do instituto da usucapião visando a aplicabilidade da função social da propriedade em detrimento ao inciso XXIII, do artigo 5º da CRFB. Dentre os conceitos e formas de interpretações normativas descritas, há de se considerar a possibilidade de solução ao conflito apresentado, com fulcro na lei e nos princípios. Por fim, vislumbra-se a necessidade de modificação ou alteração das normas que regulam o tema, visando mitigar incoerências e sanar possíveis injustiças derivadas de leis ultrapassadas, sem desproteger o patrimônio público e seus bens dominicais. No entanto, este trabalho tem o finco de esclarecer até que ponto um bem imóvel de empresa pública é considerado bem público e, em consequência, qual a possibilidade de aplicação do instituto da usucapião a estes bens, frente ao cumprimento da função social da propriedade e a bem do interesse público colacionado ao interesse privado.

Palavras-chave: Direito Civil. Empresa Pública. Bens Públicos. Usucapião. Usucapião de imóveis públicos.

ABSTRACT

A controversial theme since it deals with usucaption applied to the property of public companies, given the confrontation with articles 183, § 3º c/c article 191, both of the Constitution of the Federative Republic of Brazil, promulgated on October 5, 1988 (Brazil, 1988), that prohibits the application of said institute to the case in question. Considering that there are judicial decisions that decree the usucaption of assets of public companies, this subject was brought up with the purpose of clarifying the legal, doctrinal or principle foundations that clarify, in the light of the law, the legality and legitimacy of the application of this institute. The possibility of applying the usucaption institute aiming at the applicability of the social function of property in detriment to item XXIII, of article 5 of the CRFB is also highlighted. Among the concepts and forms of normative interpretations described, one must consider the possibility of solving the conflict presented, based on the law and on the principles. Finally, the need for modification or alteration of the norms that regulate the theme is glimpsed, aiming to mitigate inconsistencies and remedy possible injustices derived from outdated laws, without unprotecting the public patrimony and its dominical assets. However, the purpose of this work is to clarify to what extent a public company's real estate is considered public property and, consequently, what is the possibility of applying the usucaption institute to such property, in light of the fulfillment of the social function of property and the public interest collated to the private interest.

Keywords: Civil Law. Public Company. Public Assets. Adverse Possession. Adverse possession of real state.